

## **BOLETIM 399**

**Brasília, 27 de julho de 2017**

# **Mazinho alerta os que votarem com Temer: “vão se enterrar junto com ele”, sentenciou**

O presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho (*foto*), ao avaliar os dados que indicam a avaliação do atual governo, fez um alerta aos parlamentares que pretendem apoiar o presidente Michel Temer na votação prevista para o próximo dia 2 de agosto, na Câmara dos Deputados: “os que ficarem ao lado desse governo vão se enterrar junto com ele”.

Mazinho lembrou os dados de recente pesquisa da CNI/Ibope que apontam o crescimento da impopularidade e da rejeição a Temer.

**PESQUISA** - A reprovação ao governo subiu para 70% em julho ante 55% em março, de acordo com a pesquisa divulgada nesta quinta-feira, que apontou ainda desaprovação de 83% à maneira de governar de Temer, contra 73% no levantamento passado.

A aprovação ao governo ficou em 5%, ante 10% em março, enquanto aqueles que consideram o governo regular somaram 21%, contra 31%, segundo o levantamento. A pesquisa ouviu 2 mil pessoas em 125 municípios entre 13 e 16 de julho. A margem de erro é de 2 pontos percentuais.



**CRISE ECONÔMICA E SOCIAL** - Segundo Mazinho, “esses números revelam que o atual governo, como o anterior, mas esse com mais radicalidade ainda, resolveu governar de costas para o povo – e não adianta continuarem maquiando a situação econômica do país, pois o desemprego continua crescendo, os salários perdendo poder aquisitivo e, agora, estamos ainda diante de uma ameaça brutal aos direitos dos trabalhadores com a aprovação da terceirização irrestrita e do desmonte da CLT. O quadro econômico e social só vai se agravar, pois não se fala em investimentos e o governo continua gastando rios de dinheiro com os juros e outros privilégios”, argumentou.

**DENÚNCIA** - O presidente da CONTRICOM assinalou, ainda, que “a denúncia feita pelo Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, encaminhada pelo Supremo Tribunal Federal com base nas delações dos donos da JBS são mais do que consistentes para demonstrar a participação direta do presidente em crimes de corrupção e



obstrução da Justiça no exercício do atual mandato”.

“Cabe, agora, aos deputados autorizarem o Supremo a promover a investigação, com o consequente afastamento do presidente, para que os fatos sejam apurados em profundidade e revelados à Nação, pois esse é o desejo do povo brasileiro”, afirmou Mazinho, lembrando que “as eleições estão próximas e os que ficarem ao lado do governo serão também rechaçados nas urnas”.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

## DIAP: criaram um monstro com a reforma trabalhista

A reforma trabalhista aprovada no Congresso Nacional e transformada na Lei 13.467/17, que passa a vigorar em novembro deste ano, provocará mudanças profundas nas relações de trabalho com prejuízos aos trabalhadores e Sindicatos.

As restrições ao acesso à Justiça do Trabalho, a retirada de atribuições dos Sindicatos, a prevalência do negociado sobre o legislado e os novos modelos de contrato de trabalho, em especial o autônomo exclusivo e o intermitente, são exemplos de mudanças que visam a redução de custos das empresas e consequente deterioração nos direitos dos trabalhadores.

Para o jornalista Marcos Verlaine, analista político do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), com as modificações

introduzidas na legislação, a CLT bem que poderia receber a alcunha de CLC, ou Consolidação das Leis do Capital. "Criaram um verdadeiro monstro que ataca todos os direitos dos trabalhadores", disse à Agência Sindical.

"Essa reforma, aprovada por deputados e senadores, não foi feita por assessores jurídicos do Congresso. Os empresários fizeram a lição de casa. Estudaram todas as formas de liquidar de vez a CLT. Eles montaram uma equipe de especialistas e vêm há anos elaborando esse plano macabro contra os Sindicatos e os trabalhadores", comenta.

**Formação** - Verlaine chama atenção para a importância dos dirigentes sindicais se aprofundarem no domínio da nova realidade. "Os sindicalistas precisam se debruçar sobre essa lei. Eles têm que estudar a fundo esse texto. Foi isso que os empresários fizeram com a CLT quando apresentaram a reforma ao Congresso", observa o analista.

Ele prossegue: "Não tem como o sindicalista ir até sua base explicar as maldades da nova lei, sem saber do que se trata. É preciso se aprimorar, entender, para conseguir explicar tudo aos trabalhadores", afirma.

**Cartilha** - Marcos Verlaine adiantou que o Diap está preparando um documento para auxiliar dirigentes sindicais a entender a nova legislação. "Estamos preparando uma cartilha com todas as informações necessárias. Mas é preciso mais. O buraco em que essa reforma nos levou é muito fundo. Tem que pegar a lei e estudar cada ponto com muita atenção", conclui.

*Fonte: Agência Sindical*

## ‘Jornadas’ sobre o enfrentamento da reforma

As Centrais Sindicais e o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) lançam nesta quinta-feira (27) a 14ª Jornada Nacional de Debates. O evento terá como tema a reforma trabalhista. A abertura da atividade, que ocorrerá em todo o País, acontecerá no auditório da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho, em São Paulo.

O objetivo dos debates é discutir os efeitos sobre as relações de trabalho e formas de organização que possibilitem resistir às mudanças que abrem possibilidades para mais precarização do mercado de trabalho.

Segundo o diretor-técnico do DIEESE, Clemente Ganz Lúcio, a pauta será focada principalmente nas negociações salariais pós-reforma. “É importante que, dentro da diversidade do sindicalismo, as Centrais, Federações e Confederações busquem orientar suas bases a fazer essa resistência já nas negociações coletivas”, observa.

**Lançamento** - O evento será transmitido ao vivo, pela internet, a partir das 9h30. A atividade deve reunir a direção sindical do DIEESE, seu corpo técnico e dirigentes das Centrais. A ideia é que, após o evento na capital paulista, os escritórios regionais prossigam os debates com dirigentes de cada região. Porém, em alguns locais, as atividades ocorrerão de forma concomitante. Entre eles, Manaus, Vitória e Belém. **Mais informações:** e-mail [relacionamento@DIEESE.or.br](mailto:relacionamento@DIEESE.or.br) e telefone 0800 77 33 117.

*Fonte: Agência Sindical*



## DIEESE: Já são 2 milhões de desempregados em SP

A taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo ficou relativamente estável com leve queda de 18,8% em maio para 18,6% em junho. Os dados são da pesquisa da Fundação Seade e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

O total de desempregados em junho foi estimado em 2,07 milhões de pessoas, 42 mil a menos do que em maio. Houve 0,6% de redução no nível de ocupação, com eliminação de 59 mil postos de trabalho. Na população economicamente ativa também houve queda, porque 101 mil pessoas deixaram o mercado de trabalho.

**Números explicam pesquisa** - Entre os setores, houve decréscimo de 1,3% na indústria de transformação, com eliminação de 18 mil postos de trabalho, no comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, com queda 56 mil postos, em percentual de 3,4%.



**Construção** - A construção acusou leve baixa de 4 mil postos, ou 0,7%, e os serviços tiveram relativa estabilidade, com alta de 0,4% e criação de 19 mil postos de trabalho.

O índice de desemprego aberto, ou seja, pessoas que buscaram trabalho nos últimos 30 dias e não trabalharam nos últimos sete dias, variou de 15,9% para 15,6%. A taxa de desemprego oculto (pessoas que fizeram trabalhos eventuais, não remunerados em negócios de parentes, tentaram mudar de emprego nos últimos 30 dias ou que não buscaram emprego em 30 dias) variou de 2,9% para 3%.

Entre abril e maio deste ano, os rendimentos médios reais de ocupados cresceram 2,5% e de assalariados 2,8%, passando a R\$ 2.004 e R\$ 2.091, respectivamente.

*Fonte: Agência Brasil*

## Copom reduz Selic para 9,25% ao ano, mas juros reais continuam altos

Pela primeira vez em quase quatro anos, os juros básicos da economia ficaram abaixo de 10%. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu nesta quarta-feira (26) a taxa Selic em 1 ponto percentual, de 10,25% ao ano para 9,25% ao ano. Este menor nível desde outubro de 2013. No entanto, diante da queda da inflação, os juros reais praticados no país continuam muito elevados.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

## Temer assina medida provisória que cria PDV

O presidente Michel Temer assinou nesta quarta-feira (26) a medida provisória (MP) que cria o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) no âmbito do Poder Executivo Federal. O objetivo do governo com a MP é reduzir gastos públicos com a folha de pagamento dos servidores públicos federais. A expectativa é que a medida gere economia de cerca de R\$ 1 bilhão ao ano.

No caso do desligamento voluntário, o governo propõe oferecer uma indenização correspondente a 125% da remuneração do servidor, na data de desligamento, multiplicada pelo número de anos de efetivo exercício. A forma de pagamento dessa indenização será definida pelo Ministério do Planejamento e poderá ser feita de uma só vez ou em parcelas.

**Redução de jornada de trabalho** - O programa também prevê a possibilidade de redução de jornada de trabalho de 8 horas diárias e 40 semanais para 6 ou 4 horas diárias e 30 ou 20 horas semanais, respectivamente, com remuneração proporcional, calculada sobre o total da remuneração.

Como incentivo à redução da jornada, o governo oferece o pagamento adicional correspondente a meia hora diária. O servidor que trabalhar em horário reduzido poderá, no período em que não estiver a serviço da administração pública, exercer outra atividade, pública ou privada, desde que não haja conflito de interesses entre as duas atividades.

**Licença sem remuneração** - Outra possibilidade aberta pelo governo é a licença



incentivada sem remuneração. Nesse caso, o servidor tira uma licença não remunerada de três anos, prorrogáveis, por igual período e recebe um valor correspondente a três vezes seu salário. A prorrogação da licença poderá ser a pedido do servidor ou por interesse do serviço público.

A expectativa do governo é pelo desligamento voluntário de 5 mil servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. “Vamos ver se é viável, se haverá essa adesão”, disse o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, na última segunda-feira (24). “É um processo em que o funcionário aceita ou pede exoneração dentro de uma estrutura combinada em relação à saída dele.”

*Fonte: Agência Brasil*

## Caixa Econômica começa a pagar hoje abono do PIS/Pasep

A Caixa Econômica Federal inicia hoje (27) o pagamento do Abono Salarial calendário 2017/2018, ano-base 2016. Os pagamentos serão efetuados conforme o mês de nascimento do trabalhador, começando com os nascidos em julho. Os beneficiários deste mês, titulares de conta individual na Caixa com saldo acima de R\$ 1,00 e movimentação, terão crédito automático no dia 25 de julho.

Os valores do benefício variam de R\$ 79 a R\$ 937, de acordo com o tempo de trabalho durante o ano de 2016. Os recursos ficarão disponíveis ao trabalhador até 29 de junho de 2018.

Tem direito ao benefício quem está inscrito no Programa de Integração Social (PIS) ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) há pelo menos cinco anos, que trabalhou formalmente por pelo menos 30 dias em 2016, com remuneração mensal média de até dois salários mínimos.

Os trabalhadores que não sacaram até dia 30 de junho o Abono Salarial calendário 2016/2017, ano-base 2015, também terão nova oportunidade para receber o benefício. Para eles, o valor estará disponível para saque de 27 de julho a 28 de dezembro de 2017.

O trabalhador interessado em saber se tem direito ao abono salarial ano base 2015 pode acessar: <http://verificasd.mtb.gov.br/abono/>. Informações também podem ser obtidas pelo telefone 158 da Central de Atendimento Alô Trabalho do Ministério do Trabalho.

*Fonte: Agência Brasil*

## Estudo aponta que 60% já foram vítima de racismo no ambiente de trabalho

Pesquisa divulgada em um festival de inovação, em São Paulo, revelou dados sobre o racismo no ambiente de trabalho. No estudo, que ouviu cerca de 200 pessoas entre 18 e 50 anos, de diferentes classes sociais, 67% dos entrevistados afirmaram acreditar que já deixaram de ser contratados para uma vaga por serem negros. E seis em cada dez disseram que já foram vítimas de discriminação no ambiente de trabalho.



Entre as principais dificuldades para conseguir entrar no mercado de trabalho, os entrevistados elencaram a falta de qualificação (43%) em primeiro lugar, seguida pelo racismo (34%) e por não ter o domínio da língua inglesa (31%).

Os entrevistados contaram que já alisaram ou rasparam o cabelo para passar por uma entrevista de emprego ou para ser aceito no ambiente de trabalho. “O gerente disse que eu deveria tirar as tranças e alisar o cabelo para ficar mais bonita”, contou uma das entrevistadas na pesquisa, que não teve seu nome revelado.

**Recolocação** - Outro dado apontado pela pesquisa trata da carreira e recolocação no mercado. Entre os entrevistados, 36% disseram que não largariam o emprego para buscar a realização de um sonho porque o fato de ser negro acarretaria em mais tempo para se recolocar no mercado de trabalho. Segundo o estudo, a ideia de pedir demissão para encontrar o sucesso ou refletir sobre a carreira é mais difícil para essa população.

Segundo Montenegro, a conclusão reforça pesquisas anteriores que demonstraram que os negros demoram mais para conseguir um emprego caso sejam demitidos ou peçam demissão. “Se eu

pedir demissão para seguir meus sonhos ou refletir sobre minha carreira, sei que demorarei muito mais para me recolocar. Além disso, não saberia como justificar isso em uma próxima entrevista de forma que não parecesse uma atitude irresponsável de minha parte. Fora que isso suja carteira [de trabalho] e tenho contas para pagar”, disse uma das entrevistadas pelo estudo, de nome não revelado.

A pesquisa, elaborada pela Consultoria Etnus, foi feita especialmente para compor um debate sobre transformação social dentro da programação do festival de inovação WHOW!, que aconteceu em São Paulo até o dia 27.

*Fonte: Agência Brasil*

## Questionada lei do RJ sobre registro de acidentes de trabalho em delegacia de polícia

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5739), com pedido de liminar, para questionar lei do Estado do Rio de Janeiro que obriga o registro policial de acidentes de trabalho que causarem lesão ou morte de trabalhador. O caso está sob relatoria do ministro Edson Fachin.

A Lei estadual 7.524/2017, questionada pela entidade, diz que os acidentes de trabalho que causarem lesão, ferimento ou morte de trabalhador devem ser, obrigatoriamente, registrados na delegacia de polícia da respectiva



circunscrição. A norma foi editada sob a justificativa de garantir ao trabalhador uma prova documental, no caso de acidente de trabalho, para fins de obtenção de seguro acidentário, DPVAT e para ajuizamento de ações com pedidos de indenização por danos morais. Após sua aprovação na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, o projeto de lei foi vetado pelo governador sob o fundamento de vício de inconstitucionalidade formal. Contudo, o Legislativo derrubou o veto e publicou a norma.

De acordo com a CNI, a competência para legislar sobre direito do trabalho é privativa da União, nos termos do artigo 22 (inciso I) da Constituição Federal. E direito do trabalho, para a entidade, abrange normas que regulam obrigações que decorrem da relação laborais, incluindo aquelas relacionadas à saúde e segurança do trabalho. Lembrou que o governador, ao vetar o projeto de lei, frisou que o estado não pode, a pretexto de proteção do trabalhador, adentrar em matéria que não é de sua competência, sob pena de violar o pacto federativo. Esse entendimento, ressalta a confederação, se encontra em harmonia com a jurisprudência do Supremo.

“A prerrogativa de legislar sobre direito do trabalho, e consequentemente sobre acidente do trabalho, é exclusiva da União, nos termos do artigo 22 (inciso I) da Constituição Federal. A defesa dessa competência possui envergadura de extrema relevância, que não se pode ver maculada, ainda que por supostas razões de cunho protetivo do empregado”, conclui a confederação ao pedir a concessão de liminar para suspender os efeitos da lei questionada. No mérito, pede a declaração de inconstitucionalidade da norma.

*Fonte: STF*

## Trabalhador consegue aumentar indenização pela perda da visão

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho aumentou de R\$ 10 mil para R\$ 40 mil o valor da indenização a ser paga pela Polo Design Indústria e Comércio de Móveis Estofados, de Maringá (PR), a um trabalhador que perdeu a visão do olho esquerdo e a força da mão direita ao sofrer acidente numa máquina de polir peças. A decisão considerou que os critérios adotados pelas instâncias inferiores para a fixação do valor foram subdimensionados, em relação a critérios como gravidade do acidente, conduta e capacidade econômica da empresa, extensão do dano e caráter punitivo e pedagógico da condenação.

O trabalhador disse que, ao operar a politriz, usava luvas velhas e impregnadas de substâncias que a tornavam escorregadia e insegura, como sebo animal e parafina, aplicados na peça a ser polida. Foi assim que a peça escorregou, girou e atingiu a mão direita e o lado esquerdo do rosto, causando corte no couro cabeludo, perda de 99% da visão do olho esquerdo e da força de apreensão da mão direita.

Para ele, a culpa pelo acidente foi da empresa, pois no dia pediu luvas novas e não foi atendido, nem recebia equipamento de proteção (capacete e viseira) que poderiam evitá-lo. A Polo, em sua defesa, afirmou que fornecia os EPIs e instruções para uso das máquinas.

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) manteve o valor por julgá-lo razoável, mesmo reconhecendo a grave limitação física, com



redução da força de trabalho, abalo psíquico e emocional do trabalhador.

Tal entendimento não prevaleceu no TST. O relator do recurso, desembargador convocado Marcelo Lamego Pertence, observou que, em regra, não cabe ao Tribunal rever valoração das instâncias ordinárias, mas no caso o Tribunal Regional, ao manter o valor de R\$ 10 mil, não observou os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

*Fonte: TST*



A Diretoria da CONTRICOM expressa suas congratulações ao membro do Conselho Fiscal da entidade, **EVILÁSIO DE DEUS LOPES**, dirigente sindical no Piauí, pelo transcurso de seu aniversário ocorrido no último dia 20 de julho, desejando-lhe muita saúde, felicidades e realizações.

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luis Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**